

PRIMEIRA PARTE

REFLEXÕES EM TORNO DA CATEGORIA *REGIÃO*

REGIÃO

A DESCENTRALIZAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO

*Geraldo Müller**

Resumo

Para manter a utilidade científica da categoria região, deve-se passar a limpo os elementos discretos que ela ordena e integra numa unidade coerente. Os elementos herdados não mais avalizam seu emprego. Para uma atualização, devemos incorporar elementos novos, como redes, infovias e realidade virtual. Como resultado desse procedimento, propomos que a região seja entendida como uma configuração escalar descentralizada da territorialidade global, que integra escalas de controle, de poder e de estratégias.

Palavras-chave: Categoria Região, Atualização, Configuração escalar.

Abstract

To keep the scientific utility in the region category, we have to clarify the discreet elements that it orders and integrates in a consistent unit. The inherit elements don't justify their use anymore. To update it, we have to incorporate new elements as webs, new ways of information, and virtual reality. As a result of this procedure, we suggest that the region be seen as a scaled configuration, decentralized from the global territory, which integrates the control scales of power and strategies.

Keywords: Region Category, Update, Scaled configuration.

1 INTRODUÇÃO

A categoria região é de uso corrente. Está disseminada na linguagem comum e na científica. Ela foi incorporada ao nosso dia a dia e possui um peso específico na estrutura conceitual analítica. Devemos admitir, contudo, que sua utilização implicou na perda de

* Geraldo Müller é pesquisador sênior da UNESP, professor do Pós-Graduação em Geografia e professor de sociologia e economia no Curso de Graduação de Geografia, Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, campus de Rio Claro. (gmuller@rc.unesp.br).

sua força analítica. Sofreu de desgaste natural e também da competição com outros termos. Coisas normais da vida. Mas, de qualquer modo, para readquirir utilidade científica, a categoria região deve ser submetida a uma recomposição. Deve ser atualizada.

O objetivo deste artigo é esboçar uma atualização da categoria, mediante a incorporação de novos elementos discretos que ela deverá integrar numa unidade coerente. Para realizar essa tarefa, vamos admitir que, do ângulo da dinâmica da pesquisa, a categoria região faz parte do pólo morfológico. Neste pólo, a metodologia da pesquisa “deve esforçar-se por pensar seu objeto num *espaço configurativo*, um espaço qualquer de representação”, que busca articular os conceitos, as variáveis, numa *arquitetônica* mais ou menos rigorosamente construída (De Bruyne *et al.*, 1977). Assumimos, portanto, que *região* é uma noção tipológica, indissociável da idéia de ordenação, que permite a integração de elementos (1).

Considero *região* uma categoria analítica valiosa, que não merece ser descartada por pressões de simples modismos. O presente artigo é uma tentativa de incorporar novas noções, como rede, infovia e espaço virtual, que resulte numa definição atualizada de região.

2 TECNOLOGIA, REDES, ATORES E REGIÃO

A formação de complexos territoriais, nos quais são desenvolvidos os novos conhecimentos aplicados à produção e à gestão, e que resultam em fontes de valor agregado às novas indústrias é, de acordo com Castells (1995), um momento fundamental da modernização tecnológica. São complexos produtores de alta tecnologia, também designados de *milieux innovateurs*.

A localização de outras atividades daquelas estreitamente conectadas a esses centros de inovação, pode ser útil em uma região particular, formando outros complexos territoriais pelo impacto sobre a ocupação e a geração do produto bruto regional, mas não fazem parte do núcleo duro da modernização tecnológica. Deste ponto de vista, sustenta Castells, a montagem de chips ou a fabricação de sapatos são a mesma coisa, porém distintas daquilo que é desenvolvido nos *milieux innovateurs*.

De acordo com o autor, o novo sistema de produção e gestão não é o resultado das novas tecnologias da informação, mas seria impossível sem elas. E isso por três motivos.

Primeiro: está em formação uma economia global, que é distinta de uma economia mundial. Uma economia global funciona como uma unidade em tempo real, na qual os processos de acumulação de capital e de gestão, os mercados, os fluxos de informação e de tecnologia têm como espaço o planeta todo. Além disso, a economia global não abraça a todos os países, regiões e cidades, mas é uma economia que seleciona, no mundo inteiro,

aspectos e pontos específicos, conectando uns com o interior do sistema e desconectando outros do mesmo sistema. Uma economia como esta, que passou a formar-se nos últimos vinte anos, somente pode existir, afirma Castells, com o atual sistema de telecomunicações, de transporte aéreo, de trens de alta velocidade e de instrumentos tecnológicos.

O que estamos vivendo não é a dinâmica de uma economia mundial, como insistem inúmeros economistas e historiadores, mas uma outra economia, a economia global, que opera em tempo real e cobre o planeta por inteiro. Além disso, essa nova dinâmica é recente, indicada na mudança terminológica porque passam as grandes corporações que operam em escala global. Vou me valer das afirmações de um alto executivo e diretor que por 35 anos trabalhou em transnacionais na Europa, Ásia e Japão. Wendt (1993) afirma que a primeira questão que deve ser entendida é o que e o como as atuais transnacionais diferem de suas formas prévias de operação.

Transnacionais, diz Wendt, não podem ser confundidas com as multinacionais das décadas de 1950 a 1970, que ainda hoje reproduzem versões atualizadas em vários países. Tampouco podem ser confundidas com companhias internacionais, que manufacturavam alguns produtos, e os exportavam e vendiam, com pequenas adaptações, em diversos países. Transnacionais, como Sony, IBM e Nestlé, transpõem fronteiras nacionais e identidades nacionais, e tomam o planeta como um único teatro de operações. Essas corporações contratam fábricas, corpos diretivos e buscam os locais onde faz mais sentido realizar suas operações globais. São empresas que operam com escalas enormes e detém poder de competição mundial, mas ao mesmo tempo agem com rapidez e são sensíveis às bases locais. Além da competição entre elas nos mais diversos lugares do mundo, as transnacionais realizam alianças estratégicas, que visam a cooperação entre competidores internacionais em um projeto bem definido (2).

Essa visão, segundo a qual estamos vivendo uma nova dinâmica da economia mundial, e que ela é recente, tem respaldo na obra do historiador Hobsbawm (1995). Esse autor amplia a idéia de que vivemos uma situação nova e inédita, marcada por uma mudança geral, na qual não se tem uma idéia clara de como organizar a sociedade ou qualquer sociedade. A falta de instituições e de organizações sociais e de políticas globais (Hobsbawm), é simultânea ao avanço rápido da organização e gestão da economia global pelas transnacionais (Castells e Wendt) (3). Países e regiões são ora conectados, ora desconectados da dinâmica da economia global, o que impacta violentamente as instituições e organizações sociais e políticas.

Creio que essa perspectiva mais geral – que indica algumas das forças básicas do mundo contemporâneo – é de extrema relevância para se poder compreender o desenvolvimento regional e a localização dos sistemas produtivos. Não ajuda a entender a localização de todos os sistemas produtivos e tampouco de todos os tipos de desenvolvimento regional, mas ajuda sim a entender a dinâmica gerada pelos atores protagônicos - as transnacionais, os governos de Estados nacionais, as instituições

internacionais, como o FMI, o BM e a OMC e algumas ONGs de peso - e seus impactos no desenvolvimento regional, o que permite estudar as estratégias reativas, adaptativas e criativas de regiões e localidades.

Segundo: a transformação do sistema produtivo não é oriunda da tecnologia da informação, mas é sancionada por ela. Essa transformação, amplamente examinada pela literatura, diz Castells, pode ser definida como a transferência da produção padronizada para uma produção em grandes volumes e flexível. Trata-se de uma nova convergência entre mudança tecnológica e mudança de organização, que reestrutura toda a economia.

Terceiro: a transformação atual rumo a uma estrutura descentralizada e em rede, como forma predominante de organização econômica, social e institucional. Convém insistir, sustenta Castells, na idéia de redes. De um lado, por seu potencial, a um só tempo, centralizador/descentralizador e, de outro, por apresentar componentes relativos às condutas dos atores.

Vale a pena juntar aos aportes de Castells, as observações de Peitchinis (1992), com o intuito de chamar a atenção para as implicações locais da transformação produtiva. Os sistemas de computação e telecomunicações são concebidos comumente em termos micro, com funções programa-específico. Na realidade, sustenta Peitchinis, os resultados das aplicações sistêmicas, sob a forma de controle da produção, gestão de inventários, distribuição e transmissão e estocagem de informações de alcance mundial, sugerem uma crescente rede interconectada.

De fato, está emergindo um novo paradigma tecnoeconômico que afeta a gestão e o controle da produção e do sistema de serviços através de toda a economia, uma vez que se trata de um sistema integrado que conecta a tecnologia de processamento de dados (computadores, disquetes, tapes, impressoras) com as tecnologias de comunicação (telefone, satélite, PBX, e-mail) e as tecnologias de escritório (impressoras a laser e copiadoras).

Nesse novo paradigma, diz Peitchinis, forças centrípetas e centrífugas operam simultaneamente, dispersando as atividades produtivas, ao tempo em que centralizam a coordenação e o controle. Além disso, a integração de computadores e sistemas de telecomunicações em uma rede interativa está alterando radicalmente a organização dos transportes e dos sistemas de distribuição, a organização da participação humana no trabalho, a localização dos processos produtivos e a própria organização do trabalho.

O *locus* de eficiência deslocar-se-á, segundo Peitchinis, dos processos produtivos *fixos e contínuos* para os processos *flexíveis e contínuos*; da concentração à dispersão espacial dos locais de produção; da concentração à dispersão da participação do trabalho nas atividades em geral, e da dispersão na organização gerencial à concentração da gestão. A convergência dos sistemas computacionais e de telecomunicações em uma rede interativa, conclui Peitchinis, tornará possível monitorar, controlar e dirigir diretamente sobre o espaço. Esta capacidade sugere a concentração da gestão e a dispersão dos locais

de produção.

Além das observações de Peitchinis, creio que vale a pena adicionar a contribuição de Bressand & Distler (1995), o que reforçará os argumentos de Castells sobre as redes (4). Eles analisaram os componentes da formação de redes no mundo financeiro. A maior diferença entre os mercados atuais e os do século passado, afirmam os autores, não reside tanto no deslocamento do telégrafo pela telemática como meios de transmitir informações, mas no modo de organizar esses mercados, que permite relacionar oferta e demanda de uma maneira diferente. Não se trata tanto de tecnologia em sentido estrito, mas também de organização e de gestão dos dados e informações. Hoje está em evolução a relação mercado-rede, ou seja, está em construção uma economia organizacional em redes.

Uma rede tem três componentes. Um, a *infraestrutura*, que permite aos atores do mercado entrar em contato uns com os outros. Exemplo disso é a SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications), um sistema de transferências de crédito entre bancos operado sobre uma base não lucrativa em Bruxelas; o sistema liga cerca de 1500 bancos em 68 países. A SWIFT é a infraestrutura da rede, que é apenas uma etapa da mesma. O segundo componente é a *infoestrutura*: um conjunto de regras, privadas e públicas, que torna possível o estabelecimento e o andamento de contratos. O terceiro componente é a *infocultura*: as relações que os atores estabelecem entre si e que se inscrevem em um conjunto de expectativas mútuas e de regras não-escritas que condicionam o tipo de iniciativa que qualquer um pode tomar, e a maneira como serão convertidas em regras as iniciativas em resolver problemas para as quais as regras pré-estabelecidas não prevêem respostas.

Esta é uma caracterização geral de redes, de acordo com os autores, que encontramos em todas as economias contemporâneas – das mais técnicas, com redes de telecomunicações ou redes de troca de informações de dados, às mais informais, marcadas por alianças e redes de conhecidos.

A estes três componentes de uma rede correspondem três categorias de atores. Os operadores de rede, que cuidam do bom funcionamento das infraestruturas; os supervisores, que garantem que a *infoestrutura* será respeitada, e os usuários, cujas iniciativas dão o sentido econômico à rede. O termo rede tem na *infraestrutura* sua parte mais visível, mas convém não esquecer a *infoestrutura* e a *infocultura*, uma vez que as tecnologias de informação não podem fornecer aos mercados os *imponderáveis essenciais* que são a existência de um pagador de última instância e a confiança mútua entre os participantes – o que leva à co-regulação e ao reconhecimento mútuo.

Não se trata de imaginar de imediato, face aos problemas gerados pelas interconexões possibilitadas pelas redes, um esquema regulador “supranacional”, mas de avançar na co-regulação, por exemplo, nos serviços financeiros de país a país, até atingir uma liberalização mais ampla via a institucionalização de redes trans-fronteiras, como a Euroclear e a Globex. Enfim, as tecnologias de informação abrem possibilidades importantes, mas

raramente suficientes de serem plenamente valorizadas. Trata-se de um aprendizado complexo, aprendizado técnico, regulatório e cultural, que tomará a forma de redes de redes financeiras.

Em termos de desenvolvimento regional, o que se poderia dizer a respeito dos impactos dessa verdadeira revolução tecnológica e de sua difusão, não apenas pelos sistemas econômicos, mas por todas as sociedades?

3 TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS, ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em termos espaciais, o resultado das transformações assinaladas por Castells - corroboradas e detalhadas por outros autores - é a localização dos vários elementos dos sistemas de produção e gestão em posições alcançadas de acordo com a capacidade desenvolvida a partir de lógicas internas e, ao mesmo tempo, de acordo com as conexões tecnológicas que possa estabelecer com os vários elementos do sistema, que podem estar separados espacialmente.

Em outras palavras, o que emerge não é, de acordo com Castells, nem uma concentração de atividades selecionadas nem um modelo geral de difusão tecnológica, mas um *espaço de fluxos*, como a nova forma espacial, não territorial, da economia e da sociedade. Através de vínculos telemáticos, os fluxos ligam diversos lugares que podem, dessa feita, operar em conjunto, no mesmo sistema, mas “desligam” outros lugares que, histórica e culturalmente, fazem parte do território nacional.

As implicações para as economias regionais e para as cidades são enormes, afirma Castells. Uma primeira dimensão dessas implicações diz respeito ao destino das regiões e cidades, seja econômico seja institucional, dependerá das ligações que elas estarão em condições de estabelecer com as redes de fluxos espaciais, de sua capacidade de maximizar as vantagens comparativas e de sua localização face às outras. As vantagens comparativas dependerão das comunicações, das habilidades em gerar recursos humanos e da flexibilidade e eficácia das políticas governamentais em sustentar uma estratégia desse tipo.

Uma segunda dimensão dos impactos da transformação tecnológica no desenvolvimento regional diz respeito à indústria de alta tecnologia. Esta é fundamental para o desenvolvimento econômico por seus efeitos diretos na produtividade a nível regional e nacional, e na formação de setores e de mercados em rápido crescimento. Cabe diferenciar as várias funções desta indústria e de reconhecer o fato que cada função exerce um impacto diferente no desenvolvimento regional. Para exemplificar, Castells aponta a necessidade de distinguir uma indústria criadora de projetos, P&D, com funções inovadoras no sentido estrito do termo, incluindo aí inovação em qualquer processo, de outra indústria, cujas funções básicas são montagem, controle e marketing. A primeira

indústria faz parte do que se denomine de *millieux innovateurs* - complexos territoriais de produção e de novos conhecimentos aplicados à produção e à gestão, que são a fonte de novos valores para as novas indústrias. A outra, a rigor, não faz parte da modernização tecnológica, ainda que seja importante na geração do produto bruto e do emprego de determinadas regiões.

Convém esclarecer o que vem a ser um *millieu innovateur*, visto residir nele os elementos críticos do desenvolvimento regional de ponta, afirma Castells. Ele é constituído pela combinação de três elementos em um dado território e da sinergia que aí é desenvolvida. Esses elementos são os mesmos encontrados na história da produção: matéria-prima, trabalho e capital. A diferença é que os três elementos empregados são especiais: a matéria-prima é o novo conhecimento; a força de trabalho é de alta qualidade tecno-científica e o capital, de alto risco, *venture capital*, ou capital que aceita uma perda por um longo período, essencialmente capital público, isto é, capital que não funciona propriamente como tal. Sobre a base desses três elementos, e sobre a sinergia que deriva de sua combinação, funda-se a estrutura de produção e de inovação. Se essa sinergia não se desenvolve, nada funciona; ela é o carburante essencial do novo *millieu* de inovação (5).

Uma terceira dimensão é o impacto regional da modernização tecnológica. Convém repetir, afirma Castells, que para a maioria dos países a questão chave é como entrar na era tecnológica introduzindo e difundindo a alta tecnologia nas atividades manufatureiras e de serviço já existentes. Além disso, cabe lembrar que esta modernização tecnológica não quer dizer simplesmente introdução de novas máquinas nas fábricas e escritórios. É necessário contar com o capital humano para entender e estar em condições de mudar a estrutura tecnológica e organizacional da empresa, adaptar a infra-estrutura e outras esferas tecnoeconômicas e sociais de acordo com o novo paradigma tecnológico. É necessário também haver algum nível de produção de alta tecnologia ou na região ou em sua vizinhança imediata. E isto não é porque todos deverão desenhar *chips*, mas porque requer-se algum grau de relacionamento com a produção de alta tecnologia para entrar na curva de aprendizagem da interação entre produtores e usuários.

Essas últimas considerações nos levam a retomar as teorias sobre o crescimento. A introdução da idéia de o progresso técnico não ser exógeno ao processo econômico (teoria neoclássica), mas endógeno, implica, de acordo com Gelauff et al (1995), em levar em conta (i) um fator de produção sem produtividade marginal decrescente - o chamado capital humano: conhecimentos, educação, capacidade de fabricar produtos melhores ou diferenciados, etc.), e (ii) uma decisão explícita concernente à acumulação deste fator; neste sentido, o progresso técnico é o resultado de uma ação deliberada dos agentes econômicos.

A teoria do crescimento endógeno considera os conhecimentos como um componente da função de produção, com preço e produto marginal, como os demais

fatores. Os conhecimentos, entretanto, têm a potencialidade de incrementar os retornos crescentes em escala, porque são *qualitativamente* distintos dos insumos tradicionais e impactam diferentemente à medida que eles se acumulam. Além disso, os conhecimentos se difundem (*spills over*) além da firma, constituindo-se em externalidades que podem ser capturadas por outras firmas do mesmo mercado, que aprendem-fazendo. Por tudo isso, diz Bradford Jr. (1994), as relações *entre* empresas, mais do que as relações *na* empresa, constituem-se em fator cada vez mais determinante da competitividade local ou regional.

Por estas razões, afirma Guerrieri (1994), a capacidade tecnológica é uma combinação de conhecimentos, especialidades, estruturas organizacionais e institucionais necessárias para administrar a mudança técnica – que tem propriedades acumulativas. Por conseguinte, a localização dessa combinação deve ser levada em conta para se determinar o crescimento dos sistemas produtivos.

Mas, de imediato, surge uma questão: essas relações, atualmente, não mais estão num mesmo território ainda que concorrem para a construção de novas territorialidades. Os elementos não-locais – virtuais, portanto – participam de sua determinação, o que nos obriga a pensar essa nova rede complexa de fatores que determinam o crescimento regional.

4 REGIÃO: UMA ESCALA DA TERRITORIALIDADE

Do que foi até aqui exposto, cabe indagar como se poderia relacionar essa visão do desenvolvimento atual - enfaticamente econômico, mas claramente associado a elementos políticos e sociais - com o conceito de desenvolvimento e a categoria de região.

Como hipótese, poderíamos afirmar que os sistemas produtivos localizados compõem o núcleo duro da estruturação do desenvolvimento regional-localizado, ainda que este núcleo não contenha os elementos suficientes capazes de delimitar a configuração regionalizada do desenvolvimento. Mas, poderíamos acrescentar: e as regiões que não contam com esse núcleo produtivo – o que são?

É evidente que poucas são as regiões que contam com um *milieu innovateur* e, portanto, poucas regiões no mundo são dinamizadas direta e imediatamente pela indústria da inovação e, até mesmo, pelos *spills over* (difusão) de seus conhecimentos. Poucas regiões estão “em cima” das trajetórias tecnológicas de ponta. Por outro lado, todas as regiões do planeta estão sendo impactadas por esse fenômeno, até mesmo em seus sistemas produtivos; basta dizer que o novo paradigma produtivo-distributivo-usuário converteu-se no novo padrão para as configurações econômicas. Esse novo padrão marca a economia global que “não abraça a todos os países, regiões e cidades, mas é uma economia que seleciona, no mundo inteiro, aspectos e pontos específicos conectando-os com o

interior do sistema e desconectando outros do mesmo sistema”.

Ocorre, assim, uma re-estruturação radical dos sistemas produtivos localizados, des-regionalizando suas relações dinâmicas do desenvolvimento regional histórico ao pressionar esses sistemas em direção a uma outra conformação com o padrão global. Se esses sistemas não lograrem algum “grau de relacionamento com a produção de alta tecnologia para entrar na curva de aprendizagem da interação entre produtores e usuários” serão desconectados do sistema organizado pelo novo padrão mundial. Vale dizer, situar-se-ão à margem do dinamismo contemporâneo. Por outro lado, se há essa des-regionalização da dinâmica do sistema produtivo localizado, pode haver uma re-regionalização caso houver algum grau de relacionamento com a produção de alta tecnologia.

Em outros termos, uma reestruturação da economia regional histórica não basta, caso se deseja dinamizá-la. A mudança produtiva não basta, porque agora a mudança depende da rápida difusão tecnológica nas e entre as empresas locais e porque ela depende da disponibilidade de capital humano. Ora, todos esses processos dissolventes e reconstituintes, que ocorrem simultaneamente em escala mundial, nacional e em escala regional, parecem assinalar a necessidade de uma nova compreensão do que venha a ser “sistema produtivo localizado” e “economia regional” e “desenvolvimento regional” – notoriamente no que diz respeito à territorialidade que impregna esses termos.

O conceito de territorialidade, de acordo com Sack (1986), é uma forma espacial de comportamento social, na qual estão envolvidas ações presentes e futuras por parte de indivíduos e grupos que aí exercem seu controle. O território seria uma área geográfica delimitada na qual indivíduos e grupos produzem e influenciam e controlam uns aos outros. Há diversas escalas, tais como, o quarto, a cozinha, o bairro, a cidade, a região, que são instâncias da territorialidade. O interessante para nossos fins, é a perspectiva evolucionista da concepção de territorialidade: Sack concebe, tanto o território como a territorialidade, como construídos socialmente, portanto, distintos contextos históricos particulares produzem diferentes territórios e territorialidades; e mais: que hoje, face às sociedades pretéritas, a territorialidade apresenta traços virtuais crescentes.

χ A região, por conseguinte, pode ser vista como uma escala da territorialidade – uma escala de controle, de poder e de estratégias – fincada, a um só tempo, em um território e também em outros territórios. A junção do efetivo com o virtual, via territorialidade, parece ser algo contemporâneo para designar a escala região.

Esta concepção de região é compatível com a noção proposta por Boisier (1994) - a noção de *região virtual*. Boisier afirma que o contexto latino-americano dos anos 90 é radicalmente distinto dos anos anteriores, porque marcado pela democratização e pela aspiração de gestão do desenvolvimento regional. A globalização e a abertura das economias nacionais criou novas formas de organização territorial: as “regiões pivotais” e as “regiões virtuais”. Isto quer dizer que categorias tais como “distância”, “fricção do espaço” e “contigüidade” não mais sustentam a noção de região como é habitualmente utilizada.

Não há, na tipologia regional proposta pelo autor, uma sucessão histórica entre os tipos de região: pivotal, associativa e virtual – mas, sim, uma *simultaneidade* de pertencimentos dos territórios a esses tipos de territorialidade (para usar o conceito de Sack). Nas palavras de Boisier: “As regiões pivotais ou associativas podem realizar acordos cooperativos táticos com outras regiões não necessariamente contíguas, sequer necessariamente do mesmo país, para dar lugar a uma categoria superior de um tipo de ordenamento regional ‘acoplado’: as regiões virtuais”.

Podemos tentar ir mais longe no encadeamento de categorias usadas por vários atores. Se supusermos, e creio que é legítimo desde uma perspectiva sistêmica, que a formação de uma região virtual – seu crescimento e fortalecimento – impacta as regiões pivotais ou associativas com as quais mantém acordos, formais ou não, então podemos dizer que as novas “economias regionais” de Kenichi Ohmae (1995) podem ser tomadas como os novos territórios, resultantes daquele crescimento e fortalecimento. Ohmae dá como exemplos de novas economias regionais Hong Kong/Shezhem, Taiwan/Fujian, Silicon Valley, Lombardia, entre outras. Quem sabe se não poderíamos indagar sobre o fato de o eixo São Paulo - Buenos Aires estar se constituindo em uma “economia regional”? (Müller, 1997) (6).

Na verdade, o que se pode dizer é que nos tempos atuais a expansão da globalização e da descentralização, lideradas pela economia global, retirou as regiões de suas redes historicamente estabelecidas e as empurrou para um mundo novo de relações, muito mais complexas e com destinos muito mais incertos. O que, no entanto, não subtrai dessa noção sua conotação de constituir-se em uma escala relevante da territorialidade traçada pela globalização.

Neste sentido, poderíamos dizer que a região, enquanto escala de territorialidade, é a descentralização na globalização. Em termos mais precisos: *a região é uma configuração escalar descentralizada da territorialidade global, que integra escalas de controle, de poder e de estratégias.*

5 CONCLUSÃO

Por se tratar de uma noção descritiva, a categoria *região* nos obriga a buscar uma maior precisão de alguns conceitos e processos que nela estão subentendidos, como, por exemplo, os fatores locais, o crescimento e desenvolvimento e suas inter-relações. Até o presente, tratei de delinear a nova natureza da categoria região. Essa natureza é expressa mediante conceitos distintos, mas interligados. Cada um deles tem suas próprias teorizações e, portanto, cada um deles concorre de uma certa maneira para explicar por que certas atividades econômicas (unidades produtivas) criam um determinado território, por que esta localização se constitui no núcleo de expansão quantitativa dessas unidades

(crescimento) e por que esse dinamismo é o principal responsável pelo padrão (renda per capita) e pela qualidade (eficiência do padrão) de vida da região.

Dar um maior acabamento à categoria região é uma tarefa a ser feita, mas impossível sem uma rede de colaboradores. Poderia justificar essa necessidade em termos de estudos empíricos e testes de verificação. Mas vou me circunscrever ao campo teórico. Aqui, basta ler as discussões sobre a teoria do desenvolvimento (Krugman, 1993), nas quais a *economia regional* é mencionada várias vezes como uma boa provedora de *insights* sobre um tema básico, o das barreiras efetivas (dentre tantas, podemos mencionar as externalidades, os retornos em escala, a competição imperfeita, as mudanças tecnológicas) que determinam, na economia global, uma economia regional.

Mas, creio que vale a pena chamar a atenção para uma necessidade teórica, já apontada por Ferreira (1989), em seu trabalho sobre as teorias da localização e a organização espacial da economia. Diz Ferreira que, “ressaltadas as características dominantes das teorias da localização, ver-se-á que as contribuições recentes indicam os desafios a serem enfrentados pelas próximas contribuições a essas teorias, e que consistem na superação dos limites teóricos impostos por essas características dominantes e na construção de uma teoria geral que integra as teorias locais”.

A indispensável colaboração de outros pesquisadores justifica-se pela necessidade de construir uma teoria geral da localização, que incorpore o conceito de não-localidade e, assim, renove o significado da categoria região.

6 NOTAS

(1) De Bruyne *et al.* construíram uma metodologia da pesquisa em ciências sociais expressa numa articulação entre quatro pólos: o epistemológico, o teórico, o morfológico e o técnico.

“A metodologia da pesquisa deve continuamente estar atenta à qualidade epistemológica de sua abordagem, elaborar a teoria, purificar os conceitos e fazer a crítica dos dados. Além disso, deve esforçar-se por pensar seu objeto num *espaço configurativo*, um espaço qualquer de representação, articular os conceitos, os elementos, as variáveis numa *arquitetônica* mais ou menos rigorosamente construída. Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o pólo morfológico é seu lugar de objetivação. Múltiplos problemas, cruciais para a orientação e a própria natureza da pesquisa, estão ligados ao pólo morfológico e requerem um tratamento metodológico específico. Este pólo representa o plano de organização dos fenômenos, os modos de articulação da expressão teórica objetivada da problemática da pesquisa. Ao mesmo tempo, ele é o quadro operatório, prático, da representação, da elaboração, da estruturação dos objetos científicos”.

“Nas ciências sociais, quatro quadros de análise principais realizam – cada um ao

seu modo – as funções metodológicas do pólo morfológico. São as tipologias, os tipos ideais, os sistemas e as estruturas-modelo”.

“A noção de tipo nas ciências sociais é indissociável da idéia de ordenação, a tipologia como vontade de especificação está ligada à taxonomia como vontade de classificação. O *tipo* realiza a integração de elementos discretos numa unidade coerente, a *taxonomia* é a integração de séries discretas numa ordem contínua”.

Considero a categoria de região como um tipo que depende do quadro operatório, prático, de representação da teoria, mas que é autônomo, como o é todo o pólo morfológico, por requerer um tratamento específico. Por conseguinte, o uso da categoria tipo *região* é dependente, mas também é autônomo. Neste artigo, a tomo como autônoma e me interesso pelos elementos discretos que ela integra numa unidade coerente.

(2) Vale a pena indicar alguns impactos espaciais relevantes desses gigantes, que aparecem na imprensa mundial (como na revista semanal inglesa *The Economist* e no jornal mensal *Le Monde Diplomatique* - os dois com opiniões opostas no que concerne à globalização). Na onda de fusões que varre as grandes economias do planeta – fusões que se intensificaram a partir de 1986 – registram-se nestas publicações afirmações tais como as seguintes. Com as uniões transnacionais, cada vez mais, fronteiras nacionais, diferentes culturas e acidentes geográficos como o Oceano Atlântico, deixam de ser obstáculos para os empresários que vêem uma chance de expandir seu alcance à medida que as barreiras comerciais caem, a comunicação se torna mais barata e as preferências do consumidor convergem em quase tudo, de refrigerantes a telefones celulares. Numa série de setores – farmacêutico, pneus, finanças, editorial, serviços de engenharia – empresas transnacionais formadas por fusões ou aquisições ou alianças estão se tornando a regra, não a exceção. Estamos, assim, formando um mercado mundial interconectado, imperfeito mas firme.

Outra notícia comentada afirma que os novos *global players* não se sentem ligados a nenhuma cidade, a nenhum Estado federativo e, muitas vezes, nem mais ao próprio país. Um poder próprio do Estado surge internamente nos conglomerados onde impera o pensamento concorrencial, a aspiração do lucro e a religião da eficiência. Esses conglomerados modificam primeiro o trabalho de sua equipe e, em seguida, o ambiente dos países em que exercem atividades. As diferentes regras coletivas em toda a parte – leis estatais, acordos trabalhistas coletivos, prescrições de proteção ao trabalho nacional, feriados nacionais – serão postos de lado se incomodarem a atuação da transnacional. Órgãos nacionais anticartelistas e o movimento sindical mundialmente estilhaçado continuam impotentes diante desses novos condutores da economia. O mercado global necessita de um policiamento mundial – afirma o vetusto e conservador *Financial Times*, fazendo coro aos reclamos à esquerda e à direita – mas nada disso acontece.

(3) A situação criada por essas novas formas de organização econômica capitalista - a transnacionalização de mercados e a mobilidade alcançada pela circulação de capitais – é ainda mais complexa, quando vista, por exemplo, do ângulo do direito. Faria (1997 a) chama a atenção sobre duas das formas “que afetam profundamente o direito positivo. Uma é o aumento da velocidade do processo de diferenciação socioeconômica. Cada vez mais os sistemas tecno-científicos, produtivos, financeiros e comerciais se especializam e se subdividem continuamente com base em novas especializações”. O que tende “a produzir regras, procedimentos e racionalidades próprios, o que amplia extraordinariamente a complexidade do sistema jurídico e dificulta o trabalho de produção normativa, por parte do legislador”.

“A outra consequência é a fragmentação da produção que permite às empresas distribuir entre distintas cidades, regiões, nações e continentes as diferentes fases de fabricação de seus bens. A facilidade de transferir suas unidades industriais lhes dá enorme poder para barganhar o lugar de instalação com governos, em troca de incentivos fiscais e adaptação das legislações tributária, trabalhista e ambiental às suas necessidades”.

Diante do policentrismo que caracteriza a economia globalizada, diz Faria, “o direito positivo enfrenta enormes limitações estruturais. Uma delas é a redução de parte de sua jurisdição. Como foi concebido para atuar dentro de *limites territoriais precisos*, seu alcance tende a diminuir na mesma proporção em que as barreiras geográficas vão sendo superadas pela evolução das comunicações e dos transportes”. O Estado “já não consegue regular a sociedade e a economia exclusivamente com seus instrumentos jurídicos tradicionais; o Estado atinge os limites de sua soberania político-jurídica”, ocorrendo a “desterritorialização da política” (Faria, 1997 b).

Parte significativa do direito positivo do Estado, afirma Farias (1997 a), “vem sendo ‘internacionalizada’ pela expansão da normatividade autoproduzida pelos conglomerados empresariais e financeiros e por suas relações com as regras e procedimentos emanados dos organismos multilaterais. Outra parte vem sendo minada pela força constitutiva de determinadas situações de fato criadas pelos detentores do poder econômico”.

(4) Os componentes de uma rede segundo os autores:

| Os componentes de uma rede | | | |
|----------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
| | <u>Função</u> | <u>Natureza</u> | <u>Atores</u> |
| <u>Infraestrutura</u> | Contrato | Física | Operador |
| <u>Infoestrutura</u> | Contrato | Organizacional e jurídica | Supervisores |
| <u>Infocultura</u> | Conivência | Estratégia | Usuários |

“Uma rede tem em sua infraestrutura física a parte mais visível. Ela é o suporte da economia global em formação, da qual o mundo financeiro é o exemplo mais acabado. Mas uma rede é muito mais que seu componente físico. É também o componente organizacional e jurídico, o mundo dos contratos e das regulações, expresso em instituições. E mais: uma rede conta com o componente da tomada de decisões rápidas sobre problemas emergentes e novas oportunidades, que tem por substrato os hábitos, costumes, crenças, confiança e apostas - a cultura, enfim”. “A infraestrutura é o suporte de uma rede, que pode ser local-regional, nacional ou mundial, dependendo das conexões físicas instaladas. Já a operação da rede depende das instituições e legislações e das culturas nacionais e locais-regionais. A infraestrutura das tecnologias de informação abre possibilidades importantes, mas insuficientes de serem plenamente valorizadas, uma vez que a infraestrutura e a infocultura raramente se encontram adaptadas. A infraestrutura, ao possibilitar o contato com outras formas organizacionais e culturais, instaura um processo de competição e cooperação, que traz consigo incertezas e conflitos, que implicam em escolha, seleção, decisão - para o qual as formas organizacionais e culturais locais, regionais e nacionais não estão aptas a participar. Por isso, a elaboração de economias em rede é um aprendizado complexo - aprendizado técnico, regulatório e cultural”.

(5) Camagni (1995), ao apresentar o modelo teórico do grupo Gremi (Groupe de Recherche Européen sur les Millieux Innovateurs), detalha as dificuldades dos processos de difusão tecnológica, visto existirem obstáculos nas interações entre os elementos tecnológicos externos e a capacidade interna das empresas; dificuldades em considerar os aspectos macro e micro organizacionais e os elementos puramente tecnológicos e, ainda, dificuldades no enfrentamento dos custos de ajustamento da velha para a nova tecnologia, que dependem em larga medida do ambiente externo à empresa (cultura difusa, infra-estrutura, sindicatos).

(6) A hipótese geral dessa proposta de trabalho era a seguinte: a “gestão Mercosul” é uma gestão estratégica inter-estatal de caráter singular e dotada de estatuto próprio, operada pelo Conselho do Mercado Comum e pelo Grupo Mercado Comum – órgãos coordenadores que emitem atos normativos. Isto existe e está em andamento. Interessa chamar a atenção para a possibilidade de “novas gestões” oriundas da necessidade e da vontade de ordenar os novos processos não institucionalizados, mas em parte já organizados, produzidos pela intensificação dos fluxos de comércio e de investimento entre duas “cidades globais”: São Paulo e Buenos Aires.

Inspirados em Ohmae (1995), ainda que não compartilhando de todo com sua idéia de “fim do Estado nacional”, mas aceitando sua tese de “surgimento de economias regionais”, pretendemos sustentar a hipótese de que o macroeixo econômico São Paulo-

Buenos Aires está se constituindo em uma economia regional, cuja expansão e fortalecimento passa a exigir novas formas de gestão estratégica por parte de seus respectivos governos subnacionais.

Essa exigência crescente não se reduz às necessidades de coordenação estritamente econômica, mas das necessidades que surgem das relações entre o novo processo econômico e a complexa matriz social no qual está sendo gestado. Há que se ter toda a cautela possível ao se tomar emprestada uma tese. Mas, supomos legítimo o empréstimo em virtude de ambos os estudos – o de Ohmae e nossa proposta – integrarem um mesmo movimento geral – a globalização – e este, em razão da reestruturação do aparato público estatal, estar gerando a descentralização, tanto internacional (os “blocos”) como subnacional (estados, regiões e localidades). As informações estatísticas e os estudos disponíveis atestam o adensamento dos fluxos de comércio e de investimento no macroeixo formado pelas duas capitais, o que o torna semelhante a outros eixos ou economias regionais estudadas por Ohmae.

A questão chave implícita é a seguinte: a construção de novos recortes territoriais, incentivado pelas mudanças provocadas pelo projeto Mercosul, encontrará na “nação” e no “estadual” (“provincial” na Argentina) suas formas mais apropriadas e eficientes para uma gestão estratégica de governo? Em outras palavras: as formas “nacional”, “estadual” e “provincial” de gestão estratégica de governo serão suficientes para dar conta dos processos novos que estão pondo à prova os atuais recortes territoriais? Cabe observar que por “dar conta” quer-se dizer governar, isto é, manter a governabilidade, exercer a autonomia do poder de que está o governo investido. Em termos mais amplos, pode-se dizer que o Mercosul suscita a questão relativa à forma de organização política das forças públicas, numa situação que mistura formas herdadas - partes das quais estão falidas mas outras não - com formas que os atores deverão elaborar.

BIBLIOGRAFIA

- DE BRUYBE, Paulet *al.* *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997. 272 p.
- BOISIER, Sérgio. Los escenarios del desarrollo descentralizados en America Latina. *Série Investigación*, Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, jun. 1994.
- BRADFORD JR., Colin. The new paradigm of systemic competitiveness: why it matters, what it means and implications for policy. In: BRADFORD JR., Colin (Org.). *The New Paradigm of Systemic Competitiveness: Toward More Integrated policies in Latin America*. Paris: OCDE, 1994. 189 p.

- BRESSAND, Albert, DISTLER, Catharine. Le 'village global' financier. *Futurible. Analyse et Prospective*, Paris: Futuribles Sarl, Imprimerie Bialec, n. 198, p. 32-37, mai. 1995.
- CAMAGNI, Roberto. Dal milieu locale alla creazione tecnologica. In: Mariella Berra (Org.). *Ripensare la Tecnologia. Informatica, occupazione e sviluppo regionale*. Torino: Bollati Boringhieri, 1995. 185 p.
- CASTELLS, Manuel. Innovazione tecnologica e sviluppo regionale. In: Mariella Berra (Org.). *Ripensare la Tecnologia. Informatica, occupazione e sviluppo regionale*. Torino: Bollati Boringhieri, 1995. 185 p.
- FARIA, José. Direito positivo e economia global. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1997. Primeiro Caderno, p. A2.
- FARIA, José. Globalização e democracia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1997. Primeiro Caderno, p. A2.
- FERREIRA, Carlos. As teorias da localização e a organização espacial da Economia. In: HADDAD, Paulo (Org.). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. 327 p.
- GELAUFF, George *et al.* Quatre scénarios sur l'économie mondiale. *Futurible. Analyse et Prospective*, Paris: Futurible Sarl, Imprimerie Bualec, n. 199, p. 43-59, juin. 1995.
- GUERRIERI, Paolo. International competitiveness, trade and technological Interdependence. In: BRADFORD JR., Colin (org.). *The New Paradigm of Systemic Competitiveness: Toward More Integrated policies in Latin America*. Paris: OCDE, 1994. 189 p.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século vinte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995. 598 p.
- KRUGMAN, Paul. Toward a Counter-Counterrevolution in Development Theory. In: ANNUAL BANCK CONFERENCE, 1992, New York. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics, 1992*. New York, 1993. p. 15-38.
- MÜLLER, Geraldo. A gestão territorializada de governos subnacionais: o macroeixo São Paulo-Buenos Aires. Seminário Fundap/Citeg. São Paulo, 26 ago. 1997. Mimeo.
- OHMAE, Keinichi. *The End of the Nation State. The Rise of Regional Economies. How capital, corporations, consumers, and communication are reshaping global markets*. New York: The Free Press, 1995. 214 p.

- PEITCHINIS, Stephen. Computer technology and the location of economic activity. *Futures*, Switzland: Butterworth-Heinemann, n. 3, p. 813-820, oct. 1992.
- SACK, Robert. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 285 p.
- WENDT, Henry. *Global Embrace. Corporate challenges in a transnational world*. New York: HarperBusiness, 1993. 346 p.